

A Pandemia Covid-19: dimensões da crise brasileira¹

The Covid-19 Pandemic: dimensions of the Brazilian crisis

SARA DA SILVA FREITAS

RESUMO

A proposta é trabalhar e discutir a partir de Foucault, Agamben e Mbembe e suas teorias (biopoder, vida nua e necropolítica) como o Estado Brasileiro passa a ser um agente do deixar viver e deixar morrer em tempos de pandemia. Trata-se sobretudo de trabalho teórico e reflexivo; contudo, dados primários são utilizados para caracterizar o estado da arte do Estado brasileiro em tempo de crise sanitária e sua ação como agente da necropolítica.

Palavras-chave: Covid-19, Pandemia, Estado, Neoliberalismo.

¹ Algumas dessas questões foram trabalhadas por nós em textos publicados em jornais universitários e blogs acadêmicos. Outrossim, parte dessa teoria vem sendo estudada por nós desde o mestrado e tem sido objeto de constantes discussões em ambiente acadêmico e de promoção universitária, como seminários discentes e afins.

ABSTRACT

The proposal is to work and discuss starting from Foucault, Agamben as well as Mbembe and their theories (such as biopower, naked life and necropolis) of how the Brazilian State becomes an agent of letting live and letting die in times of pandemic. It is mainly theoretical and reflective work, however, primary data are used to characterize the State of the art of the Brazilian State in times of health crisis and its action as an agent of the necropolitics.

Key words: Covid-19, Pandemic, State, Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O mundo aguarda com ansiedade uma solução que possa tranquilizar as pessoas quanto ao avanço do vírus de uma gripe que se espalha rapidamente, conhecido como novo coronavírus². Ao se espalhar, o vírus encontra sociedade específicas; a pandemia é mundial, mas os efeitos não são os mesmos em todas as sociedades. Assim, temos como foco o caso brasileiro. Face à crise sanitária, olhamos também para a forma como o Estado brasileiro tem desenvolvido seu mecanismo de proteção e ao mesmo tempo, em diálogo com o mundo globalizado, tem enfrentado a questão econômica.

Alguns analistas, manifestando-se em mídias sociais, apontam que a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus será maior do que a de 2008. Naquele ano, o estopim para crise se deu em 15 setembro, quando um dos bancos de investimentos mais tradicionais dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, foi à falência, e as bolsas do mundo todo despencaram. A crise iniciada nos EUA se espalhou e causou desemprego e recessão em boa parte do mundo, incluindo o Brasil.

Agora, a crise econômica não parte de um banco, mas de um vírus, que está fraturando a economia onde ela nasce, na produção, porque é a classe trabalhadora a mais afetada seja pelo sintoma do vírus, seja pelo sintoma da crise econômica, visto que comércio e indústria suspenderam suas atividades e, em grande medida, tiveram como ação demitir parte de seus funcionários.

Governos e sociedades foram surpreendidos pela pandemia, mas já existiam relatos de cientistas que apontavam para crises provocadas por pandemias como esta, que não deverá ser a última, por conta do modelo de exploração dos recursos naturais e humanos. Assim, caberia ao Estado medidas de prevenção. Mas o que fez o Estado? Trata-se de uma questão

² Nota da edição: quando da publicação desse volume já havia vacinas aprovadas inclusive pela brasileira Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), mas permanecia uma insegurança difusa quanto a seu efeito sobre novas variantes do vírus já conhecidas ou por serem identificadas.

já levantada por nós em textos anteriores.³ Temos como hipótese que, frente à estrutura do capitalismo e do neoliberalismo, estava muito ocupado em fazer o capital financeiro render, não dando a atenção devida aos alertas dos pesquisadores. E agora que faz o Estado, tendo-se instaurado a pandemia?

O debate, o medo e as incertezas têm despertando reflexões não só a partir de profissionais do campo da saúde e da medicina, mas também de estudiosos de várias áreas das ciências humanas. Da sociologia à ciência política, passando pela antropologia e filosofia. O que significa o chamado coronavírus? O que alterou nas relações das pessoas e nas relações destas enquanto sociedade com o Estado? É esse debate que apresentaremos inicialmente aqui, tendo como base o pensamento filosófico contemporâneo que tem se debruçado sobre a relação entre o Estado — Soberano — e a política de deixar viver e ou deixar morrer. Ou estaríamos falando de uma necropolítica, no sentido de Mbembe? Inspirado em Michel Foucault e em seu conceito de biopolítica, o filósofo e professor camaronês Achille Mbembe desenvolveu o conceito de necropolítica, que se refere ao que ocorre quando a política da morte é adaptada pelo Estado, não como uma exceção ou um fenômeno que foge à regra, mas sim como a própria regra.

SOBRE O ESTADO E A POLÍTICA DA VIDA

Em seu trabalho *Naissance de la biopolitique*, Foucault (2004) retrata o desenvolvimento e as consequências da arte neoliberal de governar. Primeiro o autor desdobra sua análise sobre o mercantilismo no século XVI e XVII, quando o Estado buscava o enriquecimento pela acumulação monetária. Essa acumulação se daria pelo crescimento da população e pela manutenção da concorrência equilibrada e permanente com as outras nações da Europa. O autor analisa em específico o liberalismo e o surgimento do neoliberalismo e as formas como esses se desenvolveram na Alemanha, França e Estados Unidos.

Foucault está interessado em conhecer a racionalização que o governo faz de si mesmo, ou ainda no estabelecimento de suas práticas — objetos, regras, como governar da melhor maneira. O seu livro indica o nascimento da biopolítica, assunto que não é abordado em si. São analisadas suas condições e possibilidades, o desenvolvimento teórico, prático, discursivo do liberalismo e, *a posteriori*, do neoliberalismo. Aqui o autor começa a fazer a análise do ingresso da vida nos cálculos do poder, denominado então de biopoder.

³ Veja: O poder soberano e a política da vida em tempos de pandemia, em <https://www.ufrgs.br/odela>

(...) depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização [pelo poder disciplinar], temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante [trata-se do biopoder] (...) que se faz não na direção do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 2000, p. 289).

A vertente discutida pelo autor sobre o neoliberalismo não é uma versão canônica, é aquela onde todo ser humano se vê transformado em capital, capital humano, mais capital. Ora, esse capital humano, pergunta o autor, consiste em quê? Consiste naqueles elementos que são inatos, ou seja, hereditários. Afinal, uma boa herança genética confere ao indivíduo no início um bom capital humano; e tudo mais, como educação, carinho, cuidados médicos dados a criança, a tudo isso poderíamos analisar como um investimento.

A partir do momento em que podemos determinar quais são os “indivíduos” com “riscos”, e quais são os riscos para que a união de indivíduos com risco produza um indivíduo que terá ele mesmo tais ou quais características quanto ao risco de que será portador, podemos perfeitamente imaginar isso: é que os bons equipamentos genéticos — isto é, os que poderão produzir indivíduos de “risco” baixo ou cuja taxa de nível de risco não será prejudicial seja para eles, seja para sua vizinhança, seja para a sociedade —, esses bons equipamentos genéticos vão se tornar com certeza algo raro, e na medida em que isso será algo raro, isso pode perfeitamente entrar, é completamente normal que entre, no interior dos circuitos dos cálculos econômicos. (FOUCAULT, 2004, p. 234, tradução nossa).

Esses são recursos usados no neoliberalismo para formar e aperfeiçoar essa *espécie de competência-máquina*, que irá produzir renda, capital. Essa *competência-máquina* vai ser constituída pelo quê? Ora, pelo tempo gasto, pelos gastos de educação e atividades físicas, pelo carinho dedicado, e tudo mais que os pais dedicarem aos filhos. O que os pais ganhariam com isso? Diriam os liberais, os ganhos seriam psíquicos.

O interesse em se analisar essa teoria do capital humano reside em que a economia política clássica, que sempre apontou que a produção dos bens dependia de três fatores (terra, capital, trabalho), agora, com o desenvolvimento da genética, vê aplicada à análise econômica uma área que até então podia ser considerada como não econômica. É só pensarmos hoje como se comportam as grandes empresas da indústria farmacêutica, ou as inúmeras condições impostas pelos planos de saúdes. “A economia não é mais a análise da

lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos”. (FOUCAULT, 2004, pág. 229, tradução nossa).

Após várias crises de governabilidade, a sobrevivência do capitalismo parecia depender da invenção de uma nova forma. Na Alemanha foi necessário refundar o Estado a partir da instituição econômica, e o que se viu foi a implementação de um Estado Nazista.

O Estado totalitário é algo diferente. É necessário procurar o princípio não na governabilidade estatizante ou estatizada que se vê nascer dos séculos XVII e XVIII; é necessário procurá-lo junto a uma governabilidade não estatal, precisamente, no que se poderia chamar uma governabilidade de partido. É o partido, é esta organização tão extraordinária, tão curiosa, tão nova, é esta governabilidade tão nova de partido que apareceu na Europa no fim do século XIX que é — enfim, é isso que tentarei provavelmente mostrar-vos no ano que vem, pois tenho sempre estas ideias em mente — é a governabilidade de partido que está na origem histórica de algo como os regimes totalitários, algo como o nazismo, algo como o fascismo, de algo como o stalinismo. (FOUCAULT, 2004, pág. 196-197, tradução nossa).

E é em certa medida contra esse modelo liberal alemão — Plano Beveridge e todos os planos e projetos de intervenção econômica e social elaborados durante a guerra, todos os pactos de guerra —, é contra essa política e contra a política Keynesiana que o pensamento neoliberal se forma e se desenvolve (FOUCAULT, 2004). O que está em jogo nessas análises é a inversão entre os assuntos do social e os da economia. Essa inversão vai produzir algo mais real, mais concreto, um consenso permanente, a que todos os “parceiros” da economia (operários, sindicatos, patrões) de certo modo aquiescem ao aceitar a liberdade econômica como princípio norteador. O crescimento econômico propagava-se como uma fonte de bem-estar; seria com isso o neoliberalismo uma atualização da proposta liberal? Para Foucault, a resposta é não, e ele nos pergunta: *o que é o neoliberalismo?* Em síntese, sua resposta é que o neoliberalismo é uma operação que busca exercer um regime global do poder político, usando mecanismos econômicos, que busca organizar e delinear um espaço livre para o mercado (FOUCAULT, 2004).

E seu problema consiste em como regular as regras do exercício global do poder político sobre os princípios de uma economia de mercado, ou seja, de relacionar, de projetar uma arte geral de governar sobre os princípios formais de uma economia de mercado. Não se trata aqui do *laissez-faire*, pois o “(...) neoliberalismo não vai se mudar sob o signo do deixar-fazer, mas, ao contrário, sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente”. (FOUCAULT, 2004, p.137, tradução nossa).

Entra em cena a teoria da concorrência pura, que não aparece mais como um dado primitivo e natural, consistindo num jogo formal entre desiguais. Ela consiste numa estrutura capaz de regular a economia pelo mecanismo dos preços.

Nesse sentido, a política liberal tem como missão arrumar o espaço real dentro do qual a estrutura formal da concorrência vai atuar. É preciso governar, mas governar para o mercado. Opera-se, nesse sentido, um deslocamento dos princípios da economia; das trocas para a concorrência.

Sob o regime liberal, é o mercado que passa a revelar algo como a verdade. Aquilo que Foucault havia denominado de verdade, que se instaurava por meios dos dispositivos de saber-poder capazes de inserir na realidade algo que em si não existe — loucura, sexualidade, delinquência — passaria a existir como efeito das práticas e dos saberes. Só que no regime liberal é o mercado que atua; os preços, conforme os mecanismos naturais, proporcionarão o parâmetro para analisar se as práticas governamentais vigentes são corretas ou não.

Nesse contexto surge o *Homo oeconomicus*, que representa aquele que era inatingível ao exercício do poder, sujeito ou objeto do *laissez-faire* que obedece a seu próprio interesse, e que obedecendo consegue contribuir para o bem geral, não devendo, portanto, ser tocado pela teoria do governo.

O *Homo oeconomicus*, que representava na concepção clássica do liberalismo o homem da troca, o parceiro, no neoliberalismo sofre um deslocamento considerável; ele não é mais o parceiro da troca, mas um empreendedor, um empreendedor de si mesmo.

Este é um ponto relevante da concepção neoliberal: o trabalho, que na economia clássica — na teoria de Marx, por exemplo — é tido como uma abstração, como uma força que é vendida, proporcionando ao trabalhador um salário, passa agora a ser decomposto em capital e renda. O trabalhador aparece aqui como sendo uma espécie de empresa, pela qual o indivíduo parte de certo capital de que dispõe para produzir sua própria satisfação. E qual função tem essa empresa? — indaga Foucault:

De um lado, certamente, trata-se de multiplicar o modelo econômico, o modelo oferta e demanda, o modelo investimento-custo-benefício, para fazer um modelo das questões sociais, um modelo da própria existência, uma forma de relação do indivíduo com ele mesmo, ao tempo, ao seu entorno, ao grupo, à família. E, por outro lado, essa ideia da ordem liberal de fazer da empresa o modelo social universalmente generalizado {...} com este esquema de empresa, trata-se de fazer com que o indivíduo, para empregar o vocabulário que era clássico e ao modo à época da ordem liberal, não seja alienado em relação ao seu

meio de trabalho, e ao tempo da sua vida, e à sua família, e à sua renda, e ao seu meio natural. (...). O regresso à empresa é, ao mesmo tempo, uma política econômica ou uma política de “economização” de virada do campo social como um todo ao econômico, mas é ao mesmo tempo uma política que se apresenta ou se pretende como um *Vitalpolitik* que terá por função compensar aquilo que ela tem de impassível, de calculista, de racional, de mecânica no jogo da concorrência propriamente econômica. A sociedade de empresa com a qual sonham os liberais é então uma sociedade para o mercado e uma sociedade contra o mercado, uma sociedade orientada para o mercado e uma sociedade que seja tal que os efeitos de valor, os efeitos de existência provocados pelo mercado sejam compensados por ela.” (FOUCAULT, 2004, pág.247-248, tradução nossa).

Trata-se de reconstituir uma trama social na qual as unidades de base teriam a forma de empresa. Ou, dito de outra maneira, o que seria a sociedade privada, senão uma empresa?

O que é uma casa individual senão uma empresa? O que é uma gestão destas pequenas comunidades de vizinhança [...] senão outra forma de empresa? Ou, dito de outra forma, trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as o máximo possível, as formas “empresas” que não devem justamente ser concentradas sob a forma ou de grandes empresas à esfera nacional ou internacional ou ainda de grandes empresas do tipo de Estado. É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, creio, o enlace político neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência, e por consequência da empresa isso que podemos chamar de impulso informal da sociedade. (FOUCAULT, 2004, pág. 154, tradução nossa).

Como bem destaca Foucault (2004), trata-se com isso de obter uma sociedade indexada, não mais sobre o mercado, mas sobre a multiplicidade e a diferenciação das empresas. É isso que se quer, uma sociedade indexada? Pois agora não se trata mais de uma *sociedade de supermercado*, ou uma *sociedade empresa*, na qual o que importava era o homem da troca, o homem consumidor. O *Homo oeconomicus* neoliberal é o homem da empresa e da produção. “A ‘empresa’, a pessoa jurídica, se torna o agente econômico da sociedade de empresa e sociedade jurídica, sociedade indexada à empresa e sociedade enquadrada por uma multiplicidade de instituições judiciais. Essas são as duas faces de um mesmo fenômeno”. (FOUCAULT, 2004, pág. 155, tradução nossa).

Agora o soberano não é mais aquele que decide sobre o Estado de exceção. Soberano é o mercado. Empreendedor, empresário de si, o trabalhador não se viu livre da exploração — ela nunca foi tão intensa. Diante dessa nova configuração, nessa mudança radical na forma

como a vida humana se vê implicada nessa forma da arte neoliberal de governar, é preciso também renovar radicalmente as formas e os mecanismos de resistência.

Retomando as análises de Foucault, ao final do livro *A vontade de saber*, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2004a) aponta como a vida natural vai sendo incluída nos cálculos do poder do Estado e como a política se transforma em biopolítica.

A presente pesquisa concerne precisamente este oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder. O que ele teve de registrar entre os seus prováveis resultados é precisamente que as duas análises não podem ser separadas e que a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário — ainda que encoberto — do poder soberano. Pode se dizer aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder e a vida nua, reatando assim segundo uma tenaz correspondência entre o moderno e o arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos(...) (AGAMBEN, 2004a p.14)

Portanto, o trabalho de Agamben tem como tese a relação entre o poder soberano e a vida nua. Uma relação de captura, sobre a base de uma estrutura de exceção. A soberania do Estado não vai mais se fundar em um contrato, mas no poder soberano, que aplica a lei suspendendo-a. Cria-se assim um espaço vazio de direito, e é nesse vazio jurídico que consiste o Estado de exceção.

O Estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas — e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado — estão desativadas. (AGAMBEN, 2004b, p.78)

Partindo dessa análise, Agamben (2004b) chama a nossa atenção para o sentido da oitava tese que pressupõe a distinção Benjaminiana entre o Estado de exceção efetivo e o Estado de exceção *tout court*, devendo ser destacado o seguinte:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “Estado de emergência” em que vivemos tornou-se a regra. Devemos chegar a um conceito de história que corresponda a esse fato. Teremos então a nossa frente, como nossa tarefa, a produção do Estado de exceção efetivo [wirklich] e isso fortalecerá nossa luta contra o fascismo. (BENJAMIN apud AGAMBEN, 2004b p. 90)

Como exemplo não somente de espaço de catástrofe, provocada pelo homem, para o homem, temos o campo. Nesse, o Estado de exceção passou a ser a regra: o espaço da biopolítica moderna. É nele que o soberano decide sobre o valor ou des-valor da vida, tendo em vista que a vida, que “com as declarações dos direitos, tinha sido investida como tal do princípio da soberania, torna-se agora ela mesma o local de uma decisão soberana” (AGAMBEN, 2004b p.149). Aqui a lei se confunde com o fato, com a vida — vida nua, vida matável. Mas de que lei falamos? De que vida? Como pensar o Estado sem direitos?

O próprio da modernidade é isso, esse lado “oculto” do poder soberano, que passa a ocupar e comandar o espaço político. Esta é a crise do Estado moderno: a vida nua, que constitui a soberania, torna-se a regra. Nesse sentido, é nos campos nazistas, de refugiados ou até mesmo nas nossas favelas que o “*cidadão total*” se apresenta não mais como um ser humano, mas como um *Homo sacer*, destituído da comunidade política. Para Žižek (2005), a vida nua toma aqui sua forma.

Arendt, ao estudar os Estados totalitários, percebeu a relação entre o domínio totalitário e a forma de vida no campo, destacando que “os campos de concentração são os laboratórios para a experimentação do domínio total, porque, a natureza humana sendo o que é, esse fim não pode ser atingido senão nas condições extremas de um inferno construído pelo homem”. (ARENDRT apud AGAMBEN, 2004a, p.126).

No entanto para Agamben (2004a), o que Arendt deixa passar é justamente o inverso, ou seja, a radical transformação da política em espaço de vida nua. O processo de inclusão da vida nua na política não seria exclusividade dos regimes de exceção, mas já estaria inscrito nas declarações do direito do homem e do cidadão, que carregaria no próprio título uma ambiguidade, pois não estaria claro se os dois termos denominariam duas formas autônomas ou se formariam um sistema unitário no qual o primeiro estaria contido no segundo. Aqui a questão é: o que é um homem? O que é o cidadão?

Pensando nessas questões, dá para entender o caminho utilizado por Hitler para liquidar com os judeus. Primeiro, a suspensão da nacionalidade, ou seja, os judeus não eram mais cidadãos. Assim, os judeus não tiveram nenhuma instância nacional ou internacional para recorrer, pois não faziam parte da comunidade política — passando a ser seres genéricos, seres de vida nua.

O que dizer dos acontecimentos vividos em New Orleans⁴? Ou dos cerca de 2,5 milhões de pessoas ameaçadas pela fome no nordeste, leste e regiões costeiras do Quênia? Ou ainda dos 1.932 meninos e jovens menores de 23 anos executados nos últimos quatro anos em Honduras⁵? Esses são meros exemplos de que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e tudo que se segue — como a cidadania — foi pelos ares. Considerando que abordar o universo do direito significa perceber as suas perdas, pode-se observar que as “ideias de perda e de impotência montam uma armadilha que trava o pensamento por mantê-lo encerrado nos termos como as coisas vêm se armando a nossa volta, como o mundo vem se organizando.” (TELLES, 1999, p.174).

Agamben (2004a) oferece um princípio de inteligibilidade para a chamada crise do Estado nacional. Aqui a figura do refugiado é importante, por estar sendo proliferante e atingindo várias formas e ainda porque coloca na pauta a questão dos direitos.

Se os refugiados (cujo número nunca parou de crescer no nosso século [século XX], até incluir hoje uma porção não desprezível da humanidade) representam, no ordenamento do Estado-nação moderno, um elemento tão inquietante, é antes de tudo porque, rompendo a continuidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade, eles põem em crise a ficção originária da soberania moderna. (AGAMBEN, 2004a, p.138).

Há alguns personagens conceituais e que ganham corpo na obra de Agamben (2004a) que acho interessante trazer ao debate. O primeiro diz respeito à figura do refugiado, dos deslocados, que transitam na questão do direito e não direito, do lícito e ilícito, do legal e ilegal.

É interessante ressaltar a figura do “homem-lobo”, porque representa aquele que foi banido da comunidade. Essa vida banida, como destaca Agamben (2004a), é um limiar de indiferença, da passagem entre o animal e o humano, a inclusão e exclusão. A transformação do homem em fera corresponde ao Estado de exceção, por toda sua duração, onde a cidade se esvai, e o homem entra numa zona de indiferenciação com as feras. Vejamos a seguinte ilustração: quando o lobisomem está se tornando homem novamente, deve bater três vezes na porta.

⁴ Em 2005, a cidade foi devastada pelo Furacão Katrina. O que se viu na sequência foram ondas de saques, violências, tendo como principal foco as ações dos policiais contra a população.

⁵ Fonte: Jornal O Povo, caderno Mundo, página 28. Fortaleza 05/01/2006

Quando batem à porta pela primeira vez, a esposa não deve abrir. Se abrisse, veria o marido ainda totalmente lobo, e ele devoraria e fugiria para sempre no bosque. Quando batem pela segunda vez, a esposa não deve abrir ainda, pois o veria já com corpo de homem, mas com a cabeça de lobo. Somente quando batem à porta pela terceira vez se deve abrir, porque a transformação foi completa e o lobo desapareceu surgindo o homem de antes. (LEVI apud AGAMBEN, 2004a, p.114).

Mas de que homem falamos ao nos referirmos àquele que está excluído? Quero chamar a discussão agora para as proliferantes ONGs, para a questão do humanitarismo.

Os direitos do homem não são mais experimentados como capacidades políticas. O predicado “humano” e os “direitos humanos” são simplesmente atribuídos, sem frase, sem mediação, a seu titular, o sujeito “homem”. O tempo do “humanitário” é o da identidade imediata entre qualquer exemplar da humanidade sofredora e a plenitude do sujeito da humanidade e de seus direitos (...) esse homem a quem pertence tudo o que é humano se reduz então ao par de vítima, a figura patética daquele a quem humanidade é negada, e do carrasco humano, a figura monstruosa daquele que nega a humanidade. O regime “humanitário” da “comunidade internacional” exerce quanto a elas a administração dos direitos do homem, enviando a uma alimentos e remédios, à outra, mais raramente, divisões aerotransportadas. (RANCIÈRE, 1996, pág.125)

Referido autor destacou vários organismos políticos (o Estado, a sociedade e a ONU) e as suas atuações frente aos problemas dos refugiados, seja na salvaguarda dos direitos do homem, sob a visão do bureau de Nansen (1922), até o alto comissariado para os refugiados (1951), que, segundo o estatuto, não teria caráter político, mas unicamente humanitário e social — colocando o caráter contraditório desses processos, que estariam na falência desses próprios organismos.

A separação entre o humanitário e o político nos dias de hoje revela um extremo deslocamento entre os direitos do homem e do cidadão. Nessa perspectiva, as organizações que se unem através de parcerias aos organismos supranacionais, multilaterais não podem, entretanto, em última análise, fazer mais do que entender a vida humana como figura de vida nua, ou vida sacra, e por isso manter mesmo a contragosto uma solidariedade mesmo que secreta com aqueles que deveriam combater (AGAMBEN, 2004a).

É suficiente um olhar sobre as recentes campanhas publicitárias para arrecadação de fundos para os refugiados de Ruanda, para dar-se conta de que a vida humana é aqui considerada (e existem aí boas razões para isso) exclusivamente como vida sacra, ou seja, matável e insacrificável, e somente como tal feita objeto de ajuda e proteção. Os “olhos suplicantes” do menino ruandês, cuja fotografia se desejaria exibir para obter dinheiro,

mas que “agora está difícil de encontrar vivo”, são o índice talvez mais significativo da vida nua no nosso tempo, do qual as organizações humanitárias têm necessidade em proporção exatamente simétrica à do poder estatal. O humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e o campo, isto é, o espaço puro da exceção, é o paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução. (AGAMBEN, 2004a, p.140)

Nessa mesma linha de raciocínio, Zizek (2005) observa que os excluídos não seriam somente os terroristas, mas todos aqueles que se colocam na ponta receptora da ajuda humanitária. O *Homo Sacer* de hoje seria o objeto privilegiado da biopolítica, onde “o que é privado da humanidade começa a ser sustentado por ela com desprezo” (ZIZEK, 2005). Reforçando a ideia de que existe um paradoxo no interior dos campos de refugiados que recebem ajuda humanitária, expõem-se então duas faces: a “humana” e “desumana”.

Numa era de pós-política, Zizek (2005) acredita que todos nós seríamos *Homo sacer*, pois a política fora substituída pela administração social especializada, e hoje a única fonte legítima do conflito estaria na dimensão étnica e religiosa. Sobre o fenômeno da violência, o seu aumento exacerbado poderia ser explicado a partir dos interesses sociais. Todavia, essa dimensão não é a única, pois a violência também deve ser entendida através da crescente despolitização de nossas sociedades. Ou seja, com o desaparecimento da política, esse desaparecimento pode ser traduzido como a “administração” da coisa pública.

Nesse sentido, as proliferantes políticas sociais existentes seriam criadas para tornar governável a sociedade, para que esta não atrapalhe o mercado. Aqui Agamben (2004a) se encontra com a teoria de Foucault, principalmente com o aspecto que escapa a essa governabilidade, os não governamentalizáveis, onde todos do chamado terceiro setor, humanitário e social, existiriam para administrar os homens-lobo, a vida nua.

PANDEMIA E NECROPOLÍTICA

As pessoas me olham de um jeito que parece que sou o vírus.
(Carlos Augusto Moreira, de 32 anos, morador de rua⁶)

⁶ Veja-se: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/as-pecoas-me-olham-de-um-jeito-que-parece-que-sou-o-virus-diz-morador-de-rua.shtml>, acesso em 20/04/2020.

Tudo tão desigual, a pandemia escancarou a nossa abissal desigualdade social, escancarou nosso racismo e nossas mazelas de uma sociedade escravista que nos parece ainda ser.

No mundo de forma geral, Estados nacionais têm sido chamados a se posicionarem não só frente a uma assistência à sociedade, mas também ao mercado. Estados com estruturas de *Welfare State* consolidadas têm colocando seus cidadãos em primeiro plano e feito políticas de proteção, como as de isolamento social, assim como fizera a Alemanha. De forma geral, os Estados do continente Europeu têm tomado medidas que visam garantir a vida, apesar dos acenos e afagos ao mercado, o que fez, por exemplo, o Reino Unido retardar medidas de isolamento, ainda que posteriormente se tenha configurado naquele país mais de um período de lockdown.

Além de o mercado se mostrar incapaz de gerir algo, a defesa de uma autorregulação do mercado se mostra no momento ineficaz, visto que tem sido o Estado o agente propulsor da economia e da vida em tempos de pandemia. Ou seja, para além da sociedade, é o mercado que precisa da grande mão visível do Estado.

No caso brasileiro, o Estado — soberano, biopolítico e agente da necropolítica — tem um presidente que trata o assunto como uma “gripezinha”. Além de defender o fim do isolamento social, com um eterno discurso de campanha eleitoral, demitiu, logo no primeiro momento da circulação do vírus no país, o ministro da Saúde, pois este vinha seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). É um presidente que atenta contra a vida e expõe a sua população à vida nua. Não que essa situação seja desconhecida daquela população que vive nas periferias e grotões do país: agora a vida nua também atingiu a classe média brasileira.

A vida e a economia estão num embate que disputa segmentos da sociedade, e a vida nua nunca se fez tão presente no Brasil. Ela se apresenta no caso do sistema público, onde a contradição reside em que o SUS (Sistema Único de Saúde), apesar de universal, não poderá atender a todos. Além da disputa entre a vida e a economia, o que coloca em risco inúmeros trabalhadores informais, mesmo a chamada renda mínima — que a mídia inicialmente resolveu chamar de *coronavaucher*, depois normatizada como auxílio emergencial — não conseguiu alcançar a todos. Tampouco o valor de R\$ 600 (seiscentos reais) mensais foi suficiente para manter com dignidade um cidadão.

Nos Estados Unidos (modelo para o governo brasileiro), no momento da escrita deste texto já havia 12.954.324 infectados pelo coronavírus e mais de 263.336 mortes comprovadas. O governo destinou uma renda mínima as famílias, que pode chegar a cerca

de 2 mil dólares mensais, o que representa na economia local cerca de um salário-mínimo. Tal renda mínima visa ajudar aqueles que, após a quarentena, perderam seus empregos e realizaram solicitações de seguro-desemprego. Nos EUA, em cinco semanas o número chegou a 26,5 milhões de pedidos, o que sinaliza que houvera mais solicitações de seguro-desemprego do que as vagas de empregos que foram criados em uma década.⁷

Conforme já trabalhado por nós em texto anterior⁸, no Brasil a renda básica dos trabalhadores informais encontra-se numa zona cinzenta, um limiar entre a vida e a morte, a vida e a economia, a vida e a condição de funcionamento do sistema da saúde, a vida e o sistema político que não consegue destravar e fazer o mínimo de ação em prol de sua sociedade. Contudo, esse Estado que renega sua população, expondo-a a uma vida nua, anunciou um pacote de cerca de R\$ 1,2 trilhão para os bancos, valor que é dez vez maior do que o que fora liberado na crise de 2008⁹.

No mundo foram infectados mais de 61.289.237 de pessoas, sendo que morreram mais do que 1.438.133 indivíduos.¹⁰ No Brasil, os números no momento da escrita deste texto chegam a 6.204.220 de infectados, tendo 171.460 óbitos. O índice de letalidade estimada da doença é de 2,8%¹¹, e a quantidade de vítimas comprovadas por coronavírus no Brasil já ultrapassou a China, epicentro do vírus¹², o que sinaliza para nós que a pandemia levará um tempo considerável para se estabilizar neste país de proporções continental. Segundo o último relatório divulgado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)¹³, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo. Assim, nos nossos

⁷ Veja em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/23/eua-tem-44-milhoes-de-novos-pedidos-de-seguro-desemprego-na-semana.ghtml> acesso em 23/04/2020

⁸ Veja nota 1.

⁹ Veja em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/24/internas_economia,836224/pacote-anunciado-pelo-governo-deve-liberar-r-1-2-trilhao-aos-bancos.shtml acesso em 20/04/2020

¹⁰ Veja em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755> acesso em 28/04/2020. Para dados atualizados até junho de 2021, ver a seção **Apresentação** deste mesmo volume.

¹¹ Veja em <https://covid.saude.gov.br/> acesso em 30/04/2020

¹² Segundo levantamento da Universidade Johns Hopkins (Baltimore, EUA), a China teve 83.938 infectados, sendo que 4.637 pessoas morreram. Números atualizados pela última vez em 27 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755>

¹³ Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/condicoes-de-partida-podem-determinar-desigualdades-no-futuro--r.html>

grotões e periferia, a transmissão tem sido mais avassaladora, a vida nua e a necropolítica nunca se fizeram tão vivas na periferia do mundo!

A população negra de forma geral tem sido a mais afetada pela Covid-19¹⁴. Aqui a necropolítica exerce sua funcionalidade desde os tempos da escravidão. Mesmo após a abolição, o Estado não inseriu o liberto na nova ordem social competitiva que surgia, ficando o negro à própria sorte. Florestan Fernandes (2015), ao escrever “O negro no mundo dos brancos”, faz uma denúncia de que há uma supremacia da raça branca, negando ao negro o seu lugar como protagonista da história.

De acordo com o Instituto Pólis, em pesquisa divulgada pela Agência Brasil, a taxa de mortalidade por Covid em São Paulo entre os negros é de 172 mortes por 100 mil habitantes, enquanto na população branca a taxa é de 115 mortes a cada 100 mil¹⁵. Quando o recorte se volta à questão de gênero e raça, a taxa de mortalidade padronizada de homens negros chega a 250 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto a taxa para brancos é de 157 mortes a cada 100 mil. Entre as mulheres brancas, a taxa foi de 85 óbitos/100 mil habitantes e, para mulheres negras, o indicador subiu para 140 mortes/100 mil¹⁶.

De acordo com o Instituto, apesar de os números mostrarem crescimento em todos os indicadores sociais, é na população negra que seu crescimento se dá de forma mais perceptível, pois é ela que vive em piores condições de moradia, saneamento, baixos salários, atuando em serviços precários. O estudo demonstra que se fazem necessárias políticas públicas que olhem para esse segmento social e para suas vulnerabilidades.

Outro segmento vulnerável à necropolítica do Estado são as comunidades indígenas. Era sabido o quanto os indígenas são indefesos a doenças dos brancos, em especial aquelas comunidades de difícil acesso e de pouco contato com o homem branco. No entanto, é sabido pelo Estado brasileiro da sua existência e em certa medida de sua localização. Mesmo assim, o Estado brasileiro, agente da necropolítica, demorou a tomar providências de proteção a essa população; em certa medida, só o fez por pressão de grupos sociais organizados e pela ação e cobrança da própria mídia, que sinaliza o perigo de extinção de

¹⁴ Sobre esses dados, veja levantamentos publicados pelo IBGE, Ipea, bem como as publicações da Folha de São Paulo, O Estadão no período da pandemia, que tem apontado para essa questão. Há também dados a partir de estudos das próprias faculdades de medicina, como é o caso da UFMG, veja em : <https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/> acesso em 02/12/2020. Veja também Santos *et al* (2020).

¹⁵ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/mortalidade-por-covid-19-e-maior-entre-populacao-negra-em-sao-paulo>. Acesso 27/11/2020.

¹⁶ Veja nota 9.

certas etnias por conta da Covid-19. Conforme site organizado pelo Instituto Socioambiental, que demonstra a cronologia do contágio das populações indígenas, os dados apontam que o governo além de ter renegado assistência no momento certo às comunidades indígenas, foi o agente da própria contaminação dessas comunidades.¹⁷

O primeiro indígena contaminado foi no Amazonas e por um médico da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) que já apresentava sintomas. Dados de junho de 2020 sinalizam que a Funai recebeu mais de R\$ 11 milhões de recursos emergenciais para a proteção dos povos indígenas, mas gastou bem menos da metade (39%).

Os dados ainda trazidos pela plataforma até junho de 2020 mostravam que, mesmo com enorme subnotificação, foram confirmados ao menos 13.801 indígenas contaminados e 493 mortos. A doença continua se espalhar pelos rincões mais isolados do país, matando anciãos e jovens indígenas, em uma tragédia histórica.

No cenário que caracteriza a crise econômica e aprofunda a crise humanitária vivenciada pelo Brasil, em tempos de retorno ao mapa fome¹⁸, está a crise do desemprego. Segundo dados recentes publicados pela Folha de São Paulo, as maiores perdas se deram entre a população negra, com redução de 7,8 pontos percentuais na taxa de ocupação, caindo de 55,7% para 47,9%. Já entre os brancos a queda na taxa de ocupação foi 6,2 pontos percentuais, caindo de 57% para 50,8%¹⁹.

A pandemia acelerou um processo de desigualdade latente no país e expôs a face racista dela, ao atingir majoritariamente negros e indígenas, além dos pobres de todas as periferias do Brasil. E o seu algoz não é o vírus, mas sim o Estado brasileiro, que renega ao indivíduo os direitos da cidadania, sendo o Estado por excelência o agente da necropolítica.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para Agamben, a vida nua — aquela vida que é matável, que não merece ser vivida — nunca se fez tão vulnerável quanto atualmente. Do mesmo modo Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica “para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição

¹⁷ Acompanhe a cronologia no site <https://covid19.socioambiental.org/> acesso em 27/11/2020.

¹⁸ Sobre isto veja : <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml> acesso em 27/11/2020

¹⁹ Veja em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/pandemia-fez-pais-atingir-menor-nivel-de-ocupacao-em-quase-30-anos.shtml> acesso em 27/11/2020

máxima das pessoas e criar ‘mundos de morte.’”(2019, p.71). Ambos os autores têm como base a filosofia de Michel Foucault, que, ao escrever sobre o nascimento da biopolítica, discorre sobre o poder da vida e da morte. Trata-se de uma forma específica de governar os indivíduos tendo como alvo uma determinada população organizada disciplinarmente pelo poder soberano — no caso, o Estado.

É pelo Estado que medidas de prevenção deveriam ser tomadas. No caso brasileiro isso foi feito em alguns estados e municípios, mas a ajuda que deveria ter partido da União não ocorreu no nível e no grau desejado. O presidente brincou com a pandemia, com a doença, e sentenciou à vida nua todos aqueles e aquelas que já vivem desde o processo de colonização nessa zona cinzenta: os negros, os indígenas, os pobres.

Contudo, isto ainda está inacabado. Essa história, a do mundo real, mostra como essa zona cinzenta trazida pela pandemia do novo coronavírus está ao nosso redor, nas nossas periferias. O trabalho de Agamben é algo desconcertante que nos coloca num patamar de pensar um novo mundo e uma nova política. Chama-nos à responsabilidade de criar um novo e não ficamos inertes vendo o processo político passar. Mas como operar esse deslocamento do mundo social e político? Como transformar o pobre em cidadão? Como fazer da vida uma forma de viver?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. (2004a). O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed, UFMG.
_____. (2004b). O Estado de exceção. São Paulo: Ed. Boitempo.
- FERNANDES, Florestan. (2015). O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Ed. Global.
- FOUCAULT, Michel. (2000). Em defesa da sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
_____. (2004). Naissance de la biopolitique. Paris: Ed. Seuil.
- MBEMBE, Achille. (2019). Necropolítica. biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições.
- RANCIÈRE, Jacques. (1996). O desentendimento. São Paulo: Ed.34.
- SANTOS, Márcia Pereira Alves dos *et al.* (2020). População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos Avançados, vol.34, nº. 99, São Paulo, ago 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 20 dez 2020.
- TELLES, Vera da Silva. (1999). Direitos sociais: afinal do que se trata? In: Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- ZIZEK, Slavoj. (2003). Bem-vindo ao deserto do real. São Paulo: Ed. Boitempo.

Sara da Silva Freitas

Doutora em Sociologia pela Unicamp, pesquisadora do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina – Nepec (UFRGS).